



**PROCESSO TC nº 07.752/22**

**RELATÓRIO**

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Juru, **Sra. Priscila Alves de Lima**, concedendo aposentadoria voluntária com proventos integrais a **Sra. Josefa Ramos Honorato**, matrícula nº 711, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que contava, à época, com 22 anos e 07 meses de tempo de contribuição e idade de 67 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator

**VOTO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria Nº 007/2022] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator



## 1ª Câmara

Processo TC nº 07.752/22

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): **Josefa Ramos Honorato**

Órgão: **Instituto de Previdencia dos Servidores Municipais de Juru PB**

Gestor Responsável: **Priscila Alves de Lima**

Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria voluntária com proventos integrais.  
Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos.  
Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos  
proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0666/2023

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 07.752/22**, referente aposentadoria voluntária com proventos integrais da **Sra. Josefa Ramos Honorato**, matrícula nº 711, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria Nº 007/2022], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

**Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.**

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 30 de março de 2023.**

Assinado 3 de Abril de 2023 às 11:38



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 31 de Março de 2023 às 12:18



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 31 de Março de 2023 às 15:31



**Luciano Andrade Farias**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO